

O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA

Vera Moreira Figueira*

O presente artigo objetiva demonstrar a existência do preconceito racial na escola, correlacionando-o a agentes internos atuantes na instituição: o professor e o livro didático. Com isso pretende comprovar a ocorrência de um "ciclo" capaz de embutir e reproduzir o preconceito racial junto ao alunado.

Para tanto foi empreendida uma pesquisa de campo, levada a cabo durante o ano de 1988,¹ que se dividiu em três etapas. Primeiramente, buscou-se verificar a intensidade da ocorrência do preconceito racial junto ao corpo discente das escolas públicas no município do Rio de Janeiro. Em seguida, a preocupação voltou-se para o comportamento dos professores: suas concepções sobre a raça negra, seu conhecimento histórico a respeito da contribuição do negro à sociedade brasileira, suas opiniões sobre as atitudes dos demais professores frente aos negros. Numa terceira etapa, foi analisada uma série de pesquisas relacionadas aos conteúdos transmitidos por livros didáticos, tendo por meta extrair uma síntese de conclusões comuns aos vários autores.

A visão do aluno

A pesquisa junto aos estudantes desenvolveu-se em escolas públicas do município do Rio de Janeiro que atendem a uma clientela de baixa renda. A escolha dessa clientela foi proposital, pois julgava-se que, pelo fato de ser de baixa renda, ela teria maior convivência com a raça negra, uma vez que os censos demográficos e pesquisas similares apontam a existência de maior número de negros nessa situação de renda. Supõe-se que seria uma clientela que conviveria mais amígdre com uma população de negros em situação e *status* semelhantes aos do entrevistado, o que permitiria a este ter opiniões mais calcadas nas suas vivências reais com os negros do que, propriamente, em estereótipos raciais. Em decorrência, acreditou-se que o grau de preconceito racial deveria apresentar-se mais baixo ou mais difuso. Os resultados não confirmaram a hipótese inicial.

* Mestranda do Programa de Ciência Política do IUPERJ. Pesquisadora do Arquivo Nacional.

A amostra abarcou 442 alunos da rede de ensino público, estudantes do C.A. ao segundo grau, com idades entre 7 e 18 anos. No que toca à cor do entrevistado, dividiu-se da seguinte forma: 238 estudantes brancos, 121 pardos e 83 negros.² Uma vez que os resultados não se mostraram francamente diferenciados entre os grupos de cor, as conclusões finais deste artigo são extensivas aos três grupos.

A pesquisa consistiu em entrevista individual, na qual eram mostradas várias fotografias a cada estudante, algumas de pessoas negras, outras de pessoas brancas.³ Convém salientar que todas as fotos foram selecionadas tendo em vista não passar outras informações além daquelas expressas pelo próprio rosto do fotografado. Evitou-se, portanto, o uso de adereços como brincos, laços, ternos, gravatas etc., a fim de impedir que tais elementos pudessem indicar posição social diferenciada. Pelas mesmas razões, foram utilizadas fotografias do tipo 3/4, em preto e branco.

A entrevista calçou-se em técnica de dramatização. Sugeria-se ao entrevistado que aquelas pessoas mostradas nas fotos faziam parte de seu próprio mundo cotidiano - por exemplo, a sala de aula. Em seguida, pedia-se que escolhesse, entre os alunos fictícios, qual gostaria que fosse seu melhor amigo, qual a pessoa mais simpática, a mais feia, a mais inteligente e assim por diante.

Posteriormente, foram introduzidas fotografias de homens e mulheres adultos, brancos e negros, pedindo-se ao entrevistado que se situasse nesse mundo de adultos. Em seguida eram feitas perguntas específicas.

Deve-se frisar que os entrevistados apresentaram muita facilidade e segurança em apontar as pessoas que julgavam pertencentes a cada categoria, pois as entrevistas foram rápidas, sem vacilações que pudessem ser interpretadas como dúvidas. Por outro lado, não houve recusa de respostas, o que indica que os entrevistados não perceberam estar sendo questionados a respeito do preconceito racial, sentindo-se à vontade em atribuir característi-

cas negativas às pessoas escolhidas, mesmo que fossem negras.

Pode-se agrupar as respostas em dois blocos: aquelas que exprimem qualidades socialmente positivas e as que exprimem qualidades socialmente negativas. Os resultados alcançados encontram-se nas Tabelas 1 e 2.

TABELA 1
Qualidades positivas

	PREFERÊNCIA POR BRANCOS (%)
Amigo	76,2
Simpático	50,0
Estudioso	75,3
Inteligente	81,4
Bonito	95,0
Rico	94,6

TABELA 2
Qualidades negativas

	PREFERÊNCIA POR NEGROS (%)
Burro	82,1
Feio	90,3
Porco	84,4
Grande ladrão	60,6
Pequeno ladrão	79,6

Constata-se que as qualidades positivas são atribuídas aos brancos numa percentagem bastante alta, sempre acima de 75% dos casos (com exceção da qualidade "simpático"). Por complementaridade, as qualidades negativas são francamente atribuídas aos negros e, do mesmo modo, as percentagens apresentam-se muito elevadas. Tais tendências estão a indicar que existe uma opinião generalizada sobre a "inferioridade" do negro e a "superioridade" do branco, visível a partir do mantimento das

respostas: para a maioria dos entrevistados, preferencialmente, os brancos detêm qualidades bem-acetadas socialmente e os negros aquelas marginalizadas pela sociedade.

Também no que toca às possibilidades de mobilidade ocupacional para brancos e negros os entrevistados mostraram-se pouco receptivos ao negro. Solicitados a indicar quem escolheriam para ocupar as profissões abaixo, comportaram-se conforme indica a Tabela 3.

TABELA 3
Possibilidade de mobilidade ocupacional

	PREFERÊNCIA POR BRANCOS (%)	PREFERÊNCIA POR NEGROS (%)
Engenheiro	85,4	14,5
Médica	92,2	7,8
Faxineiro	15,5	84,4
Cozinheira	15,5	84,4

Nota-se que as profissões de *status* ocupacional alto são consideradas próprias aos brancos e as de *status* ocupacional baixo aos negros. Poder-se-ia argumentar que tal padrão de respostas refletiria a composição do mercado de trabalho brasileiro e, nesse sentido, os entrevistados não estariam se mostrando preconceituosos, mas apenas realistas. No entanto, não é isso o que acontece, pois a pergunta feita foi a seguinte: "Vamos imaginar que você fosse o dono de uma fábrica e, como dono, pudesse escolher quem vai atuar em cada profissão. A partir das fotografias expostas, quem você escolheria para ser o engenheiro de sua fábrica? E o faxineiro? Quem seria a médica? E a cozinheira?" Desse modo, trata-se da opinião do entrevistado quanto à "legitimidade" de negros e brancos ocuparem determinadas posições profissionais, nada tendo a ver com a questão de como é realmente o mercado de trabalho no país.

Em outro tipo de relação, os entrevistados mais uma vez se mostraram tendenciosos. É o que acontece quando se trata da receptividade à miscigenação racial. Tendo-lhes sido oferecidas fotografias de adultos brancos e negros, pediu-se que escolhessem duas pessoas para formar um casal. O padrão de preferências aparece na Tabela 4.

TABELA 4
Receptividade à miscigenação racial

	PREFERÊNCIA POR TIPOS DE CASAMENTO (%)
Homem branco/ mulher branca	73,7
Homem negro/ mulher negra	19,2
Casais mistos	9,0

A tabela fornece mais de uma interpretação. A primeira diz respeito à receptividade com relação à miscigenação racial, muito baixa, já que apenas 9% dos entrevistados optam por casais mistos, ou seja, homem e mulher de cores diferentes. Uma segunda interpretação vem à tona quando são comparados os resultados atinentes aos casamentos entre brancos e entre negros, separadamente. Constata-se que a instituição casamento é nitidamente atribuída a pessoas de cor branca, pois somente 19,2% dos casamentos são realizados entre negros, contra 73,7% entre brancos. Tal dado sugere que os entrevistados pensam a família negra como menos estruturada do que a família branca.

Em termos gerais, e sintetizando as tabelas apresentadas, todos os dados acima mencionados deixam claro que a intensidade do preconceito racial é bastante alta, uma vez que os percentuais alcançados pelo negro nas qualidades negativas, nas profissões de baixo *status* ocupacional ou na pouca integração às rela-

ções matrimoniais são sempre altos e recorrentes.

Mas o preconceito racial fica mais explícito quando analisado em termos de sua consistência, isto é, quando visto como um sistema ideológico e, nesse caso, como um todo concatenado sequencial e fechado. A consistência do preconceito pode ser apurada analisando-se a totalidade das respostas relativas às categorias negativas de cada entrevistado separadamente. Assim, foram agregadas as respostas de cada entrevistado no que se refere às categorias "burro", "feio", "porco", "ladrão grande", "ladrão pequeno", "faxineiro", "cozinheira", de maneira a verificar quantas vezes o mesmo aluno apontou o negro como pertencente a tais categorias.

A consistência do preconceito pode variar de nenhuma resposta (caso em que o entrevistado não assinalou negros em categorias negativas) até sete respostas, situação limite, ou seja, caso em que o entrevistado apontou o negro em todas as categorias negativas. Para fins de análise, considerou-se como de baixa consistência de preconceito a faixa que abarca de nenhuma resposta a quatro respostas. Complementarmente, considerou-se de alta consistência de preconceito a faixa que abrange de cinco a sete respostas. Os resultados aparecem na Tabela 5.

É fácil perceber que as maiores incidências percentuais concentram-se entre cinco e sete respostas, o que mostra que o preconceito racial é consistente e não ocorre ao acaso. Tal afirmativa fica mais contundente se se observa que o somatório das pessoas que se enquadram

TABELA 5
Consistência do preconceito racial

	PREFERÊNCIA POR NEGROS (%)
Nenhuma resposta	0,0
1 resposta	0,3
2 respostas	2,4
3 respostas	5,7
4 respostas	6,8
5 respostas	26,0
6 respostas	33,8
7 respostas	23,0

na faixa entre cinco e sete respostas atinge a fantástica cifra de 82,8%. Em última instância, evidencia-se que a grande maioria dos estudantes tem alto grau de consistência ideológica quando se trata de discriminar o negro.

Uma outra forma de abordar o assunto é vê-lo sob o prisma do que se denominará aqui de coerência do preconceito racial. Ou seja, em que medida um mesmo entrevistado atribui ao branco uma determinada categoria positiva enquanto simultaneamente aplica ao negro a categoria negativa oposta. Por exemplo, quantos estudantes, individualmente, responderam preferir o branco como bonito e o negro como feio. Os resultados são mostrados na Tabela 6.

A tabela comprova a existência de alto grau de coerência do preconceito. Assim, o mesmo entrevistado tem respostas muito semelhantes

TABELA 6
Coerência do preconceito racial

	PREFERÊNCIA POR BRANCOS (%)		PREFERÊNCIA POR NEGROS (%)
Bonito	95,0	Feio	90,3
Inteligente	81,4	Burro	82,1
Engenheiro	85,4	Faxineiro	84,4
Médica	82,2	Cozinheira	84,4

quando correlaciona categorias opostas e a tendência é a de sempre atribuir aos brancos as categorias positivas, reservando aos negros as negativas.

Para fins deste artigo, embora não se tenha estratificado as respostas por idade ou cor, deve-se comentar que tanto a consistência quanto a coerência do preconceito racial se apresentam semelhantes entre várias faixas etárias, inclusive naquelas mais baixas, que abarcam crianças entre sete e oito anos de idade ou nove e dez anos. Isso deixa patente que, desde muito cedo, o preconceito é inculcado nas crianças, de tal forma que seu sistema ideológico-racial é tão concatenado quanto o de um adolescente entre 17 e 18 anos. O mesmo se pode dizer com relação à cor. Ou seja, brancos, pardos e pretos tendem a um mesmo padrão, que se caracteriza pela negação e discriminação do negro.

A visão do professor

É certo que o jovem é influenciado por uma série de meios de socialização diferentes da escola. Assim, a família pode (e possivelmente o faz) embutir comportamentos preconceituosos e discriminadores. O mesmo se afirma, por exemplo, a respeito dos meios de comunicação, em especial a televisão, que através da sua programação e de propagandas insiste em colocar o negro em posições socialmente inferiores ou o representa através de estereótipos como os de sambista, bom de bola etc. Contudo, a escola tem um papel extremamente importante na formação do jovem: sendo um veículo de socialização primária, goza de função ideológica privilegiada pela sua atuação sistemática, constante e obrigatória junto ao aluno.

Sob essa perspectiva, a ação do professor ganha destaque. É ele quem transmite, a partir de sua posição de autoridade central na sala de aula, conceitos que serão absorvidos pelos alunos como conhecimento científico, conhecimento verdadeiro. Por tal motivo, estudar a formação do professor no que toca à sua visão

sobre o negro é crucial para se perceber em que medida a escola está preparada para lidar com a questão racial.

Visando conhecer tal formação, foram entrevistados 16 professores da rede pública municipal, de diversas especialidades (matemática, português, história etc.), atuantes em séries e graus de escolaridade distintos. Pretendia-se avaliar em profundidade seus conhecimentos e opiniões a respeito do negro brasileiro. As entrevistas, de um modo geral, duraram perto de 60 minutos, tempo suficiente para a discussão do tema. As perguntas dirigiram-se a três áreas:

- 1) identificação do preconceito na escola;
- 2) atuação pessoal do professor frente ao negro e à questão racial;
- 3) seus conhecimentos históricos com relação à contribuição social do negro no Brasil.

Grosso modo, pode-se resumir a posição do professorado como se segue:

1) O professorado reconhece a existência do preconceito racial na escola, seja entre alunos, de professores em relação a alunos, ou do corpo administrativo para com os alunos. O preconceito manifesta-se em brincadeiras ou apelidos alusivos à cor, na seleção racial do colega de estudo ou de banco escolar e na própria expectativa do professor quanto ao rendimento do aluno negro quando comparado ao branco. Além disso, embora todos os professores tenham se declarado destituídos de preconceitos, o conteúdo de seu discurso muitas vezes demonstrou o contrário.

2) Todos os professores declararam não ter recebido qualquer tipo de orientação pedagógica sobre a questão racial no Brasil por ocasião de seus cursos de formação profissional ou nas escolas onde lecionam ou lecionaram. Ou seja, os cursos de complementação pedagógica (nos casos de professores com nível de escolaridade superior) ou os cursos de formação de professores (equivalente ao segundo grau) não dedicam qualquer ênfase, ou, melhor ainda, desconhecem a especificidade da questão racial brasileira. Dessa maneira, os professores assumem a direção de uma sala de aula sem ter noção dos problemas que irão

enfrentar; na maioria das vezes, as soluções para os conflitos emergentes são buscadas no bom senso, na prática cotidiana, independentemente de qualquer lastro pedagógico.

3) A realidade acima descrita permitiu aos professores, por unanimidade, declarar que o professorado não está capacitado para lidar com a questão racial.

4) Quanto a programas de valorização do negro, verificou-se que a maioria das escolas pesquisadas não conduz qualquer trabalho com tal linha de ação. As iniciativas que ocorrem partem do professor isoladamente e são bastante raras. Quando há o envolvimento da escola, o enfoque torna-se mais comemorativo do que questionador. Nesse caso, são preparadas comemorações relativas ao dia da abolição da escravatura e, menos frequentemente, ao Dia Nacional de Consciência Negra, marcado pela data de morte de Zumbi dos Palmares. Tal lacuna é mais contundente se se lembra que a pesquisa foi levada a efeito no ano do centenário da Abolição, o que, em princípio, justificaria maior ênfase no assunto.

5) As iniciativas de "programas de valorização" do negro prendem-se somente à sua contribuição tradicional, pouco importante aos olhos de uma sociedade tecnológica e industrial: o candombé, a culinária, o ritmo. A escola ainda não fez qualquer tipo de reciclagem histórica e desconhece manifestações culturais, políticas e econômicas dos povos africanos distintas das mencionadas acima e com maior significação para uma sociedade moderna.

Do ponto de vista da história político-econômica, somente dois entrevistados citaram o papel do negro na agricultura, mineração, indústria, no trabalho em geral, através de inovações tecnológicas, e ressuscitaram a participação do negro nos movimentos libertários, seja naqueles voltados para o repúdio à escravidão (quilombos, revoltas antiescravistas), seja nos movimentos políticos nacionais mais conhecidos, desde as guerras de independência aos tempos atuais. Contudo, foram apenas dois os entrevistados a se posicionar de tal maneira.

Em suma, o exacerbado preconceito demonstrado pelo corpo de alunos mostra-se

compatível e acaba por receber respaldo no comportamento do professorado atuante na rede escolar pública do município do Rio de Janeiro.

Sendo assim, a hipótese relativa a um "ciclo" inculcador-reprodutor do preconceito racial não se mostra inverídica; pelo contrário, se confirma. Com efeito, o professorado atua como mantenedor-difusor do preconceito racial entre os alunos, seja por omissão, seja por efetivas declarações racistas, seja pelo simples fato de desconsiderar a questão, por tratá-la como um problema menor ou inexistente.

As mensagens dos livros didáticos

O livro didático é um poderoso instrumento formalizado de saber. Ele está presente em casa e na escola; a qualquer momento pode ser consultado. Por sua vez, a aula sempre é referida ao livro adotado. É como se ele fosse uma comprovação e uma lembrança daquilo que foi ministrado pelo professor. Nesse sentido, passa a ser sacralizado pelo aluno e, ainda nessa linha de ação, exerce um importante papel no processo de gravação e inculcamento de imagens e opiniões.

É sob a perspectiva do inculcamento e gravação de opiniões ou imagens que interessa pensar o livro didático, tendo em vista a clientela a que se destina e a intensidade de sua utilização.

É sabido que o livro didático é amplamente consumido. Em pesquisa feita na rede pública de ensino do Estado de São Paulo, Esmeralda Negrão (1987) constatou que 78% dos professores adotam livros didáticos, o que por si mesmo já demonstra sua importância e divulgação junto aos estudantes.

Por outro lado, a clientela à qual se dirige constitui-se, basicamente, de crianças e adolescentes em processo de formação de personalidade. Como se sabe, crianças e adolescentes sofrem grande influência dos veículos sistemáticos e formalizados de socialização, como é o caso da família, da escola e, por extensão, do livro didático. Sendo assim, os

conteúdos por eles transmitidos atuam decisivamente na formação e delineamento da personalidade do estudante.

Uma série de estudiosos pesquisou os conteúdos dos livros didáticos utilizados na rede escolar brasileira.⁴ Alguns deles observaram com mais particularidade o posicionamento dos livros frente ao negro, concluindo por análises muito semelhantes.

Resumidamente, os pontos centrais detectados são os seguintes:

1) Nas ilustrações e textos, os negros pouco aparecem e quando isso acontece estão sempre representados em situação social inferior à do branco, estereotipados em seus traços físicos ou animalizados.

2) Não existem ilustrações relativas à família negra; é como se o negro não tivesse família.

3) Os textos induzem a criança a pensar que a raça branca é a mais bonita e a mais inteligente.

4) Nos textos sobre a formação étnica do Brasil são destacados o índio e o negro; o branco não é mencionado: já é pressuposto.

5) Índios e negros são mencionados no passado, como se já não existissem.

6) Os textos de história e estudos sociais limitam-se a referências sobre as contribuições tradicionais dos povos africanos.

Toda mensagem é intencional, seja direta ou indiretamente, e o conteúdo dos livros didáticos não foge à regra. Dessa forma, as informações por eles veiculadas geram resultados no campo mais limitado do individual, do psicológico, bem como resultados de caráter mais geral ou políticos.

Pelas razões estipuladas, torna-se oportuno listar os estereótipos e preconceitos apontados pelos autores preocupados com o assunto, desta vez analisando sua possível repercussão na mente do indivíduo e, de modo mais amplo, na própria sociedade.

Um dos achados mais frequentemente abordados é aquele que pode ser resumido como a *animalização do negro*. Isso é exposto de várias maneiras. A mais comum e flagrante delas é através da associação da cor preta a

animais (o porco preto, a cobra preta, o macaco preto) ou a seres sobrenaturais animalizados (a mula-sem-cabeça, o lobisomem, o saci-pererê).

Também pela descrição de traços físicos bastante rudes ou embrutecidos pode-se chegar à idéia de animalização. O animal tem feições selvagens, diferentes daquelas do humano; brutas, quando comparadas a este último. Também o negro é assim representado; nas figuras, os traços característicos dos negros são os lábios grossos, os olhos muito saltados, a boca larga e carnuda, as nádegas excessivamente delineadas.

A mesma conotação de animalidade pode ser notada quando se verifica que os negros raramente são apresentados pelo nome próprio. Em geral, não têm nome, quando muito, têm apelidos.

De qualquer maneira, há uma insistência nítida em retirar do negro a condição humana, tal como em algumas teorias "científicas" bastante difundidas à época da escravidão e que serviram de base à ideologia de sua dominação. Imputar ao negro a condição de animal é posicioná-lo como inferior ao homem, que nesse caso passa a ser representado pelo elemento branco. Estabelece-se então uma hierarquia em que o homem aparece como superior, após o qual viriam os restantes animais, os vegetais e os minerais. Num mundo antropocêntrico, é fácil perceber que, sendo o negro comparado ao animal, fica a cargo do branco a supremacia de ser humano.

E quando, nos livros didáticos, os negros não são encarados como animais, de qualquer modo lhes cabe um *papel subalterno na hierarquia social*. Esse é o segundo efeito psicológico a ser analisado.

A mulher negra é com frequência apresentada de avental e lenço na cabeça; de outras vezes, aparece empunhando trouxas de roupa suja. Mas a mulher branca é apresentada com vestidos, saias e blusas; enfim, roupas de passeio e não de trabalho. Aos homens negros é reservado o lugar de trabalhador rural, lixeiro, operário de construção civil etc. Em síntese, as profissões dos negros — homens ou

mulheres – estão relacionadas aos mais baixos níveis da hierarquia ocupacional. Como corolário, personagens negras são descritas como provenientes do meio rural, pobre, dando a idéia de subdesenvolvimento. Além disso, são observadas muito mais alusões aos negros escravos do que aos negros existentes no mundo contemporâneo. Não há uma atualização do negro: ele representa mais fortemente a escravidão do que o trabalho livre. Assim, incute-se na mente do jovem a idéia de supremacia do branco também no mercado de trabalho, uma vez que, por exclusão, é ele que se ocupa das profissões não-subalternas. Com efeito, nos textos e ilustrações, médicos, engenheiros e advogados são monotonicamente brancos.

Se os dois tipos de estereótipos apontados acima conduzem a um pensamento de inferiorização a respeito do negro – seja por sua duvidosa condição humana, seja pela permanente insistência em aloca-los nos estratos mais baixos da hierarquia social –, um outro, para além da inferiorização, sugere o *desejo de desaparecimento da população negra, através do esforço de apresentá-la como infima minoria dentro da sociedade brasileira.*

Assim, nos livros didáticos, observa-se as citações sobre os negros feitas em tempos verbais do passado, como se não mais existissem. A mesma linha de raciocínio é seguida nas ilustrações, que invariavelmente mostram multidões, reuniões populares etc. majoritariamente compostas por brancos. Diga-se, ainda, que nas ilustrações de capa é raríssima a presença do negro. Essa parece ser uma maneira bastante sutil de escondê-lo, de fazê-lo ausente, uma vez que a capa de um livro é cotidianamente vista pelo aluno e, nas livrarias, pelo restante da população.

Uma outra faceta desse desejo de desaparecimento do negro é a pouca frequência de ilustrações ou textos em que a criança negra aparece compondo o ambiente escolar. Contrariando a tão propagandeada teoria da democracia racial, não se detectou a existência de gravuras que revelem o convívio entre a

menina branca e o menino negro e vice-versa. Ao reproduzir as situações mencionadas, fica a impressão, para o alumnado, de que, efetivamente, o negro não existe ou constitui minoria.

Em síntese, de um ponto de vista psicológico, o livro didático funciona como um agente de destruição da identidade do sujeito negro, do mesmo modo que confirma no branco o sentimento da supremacia de sua raça. Assim, estimula-se a internalização, tanto para negros quanto para brancos, de um "ideal de ego branco".⁶

Através da assimilação desse ideal, valoriza-se tudo aquilo que é considerado como "branco". Do ponto de vista do corpo, a beleza e outros atributos físicos devem se orientar por valores dominantes impostos por uma concepção branqueificada do mundo. Essa negação da cor gera uma hostilidade imediata ao corpo e a tentativa de embranquecimento por meio de artifícios como alisar o cabelo, afilar o nariz etc. Em última instância, isso significa uma negação, uma agressão, uma mutilação ao próprio corpo negro, uma tentativa de aniquilamento do corpo, seja pelas práticas acima mencionadas, seja pela vontade e uniões sexuais ou matrimoniais com o branco.

Por seu turno, a sacralização de um ideal de ego branco gera na mente do indivíduo branco a necessidade de afastamento e segregação, posto que toda a aproximação ameaçaria sua predominância.

Aos efeitos psicológicos nocivos causados pela discriminação racial transmitida pelo livro didático, e de resto pela sociedade como um todo, somam-se os efeitos políticos-sociológicos conseqüentes à prática discriminatória. Trata-se, então, de investigar as mensagens veiculadas pelo livro didático de um ponto de vista político, particularmente o da cidadania.

Os estereótipos aqui registrados repercutem em pelo menos três setores da cidadania: o social *stricto sensu*, o político e o econômico.

No que tange à cidadania social, nota-se que os conteúdos transmitidos por tais livros levam a crer e estimulam a desorganização so-

cial do negro. Neles a família negra inexistente, o negro não aparece dentro de seu lar, em uma família estruturada. Ele aparece na casa do patrão ou na rua. É como se não tivesse família, alicerce organizacional de qualquer agrupamento social. Uma outra forma de negar a organização social aos negros é a omissão generalizada de sua contribuição cultural para além daquelas tradicionais como o candomblé, a culinária ou a música. Nunca é mostrada a diversidade de origens e culturas do povo negro. Os livros não distinguem entre a formação cultural dos povos negros comerciantes que vieram para o Brasil (malês, tuaregues etc.) e aquela dos de cultura predominantemente agrícola. Não distinguem a diversidade de contribuições de povos nômades ou sedentários. A figura do negro é simplificada, como se somente negros de uma determinada origem tivessem vindo para o Brasil. Por outro lado, mesmo a cultura que é descrita pelos livros didáticos é encarada como folclore e pouco valorizada da perspectiva de uma sociedade tecnológica. Sendo assim, do ponto de vista da cidadania social *stricto sensu*, há uma subestimação do negro, pelo menos no que toca à família e à cultura.

Também no aspecto político a cidadania e a organização dos negros são camufladas. A imagem que é refletida a seu respeito é a de um ser acostumado e amoldado à escravidão,

um negro submisso e servil. As revoltas negras, que não foram poucas, caem no esquecimento, não são comentadas. Dos quilombos, que proliferaram no país durante todo o tempo que durou a escravatura, apenas se menciona o de Palmares. No entanto, existiram e tiveram expressão muitos outros (Jabaquara, Campo Grande, Garimpeiros, Ambrósio, Sapucaí, Piolho, para citar alguns). Por seu turno, a contribuição maciça do elemento negro nas guerras oficiais, reconhecidas pelos livros didáticos, é omitida. Assim, o alunado desconhece a participação volumosa de negros na Guerra do Paraguai, na Revolta dos Alfaiates ou na Balaiada. Tem-se, então, a impressão de que o negro não participou da conquista do solo brasileiro, da independência do país, de sua emancipação política. É como se a nacionalidade brasileira tivesse sido unicamente projeto e ação dos brancos.

Do ponto de vista da cidadania econômica também se verifica o mesmo comportamento de exclusão. Como já foi fartamente citado, ao negro é reservado, de modo natural, o mercado de trabalho das ocupações manuais, ao passo que as ocupações intelectuais são sempre consideradas como pertencentes aos brancos.

Por fim, nega-se qualquer tipo de cidadania ao negro quando se estimula e propaga a teoria do embranquecimento, que, em última instância, clama pelo desaparecimento da raça negra.

NOTAS

1. A pesquisa foi desenvolvida pela autora e contou com o apoio da Fundação Ford e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, através de financiamento oferecido pelo II Concurso de Dotações da Pesquisa sobre o Negro no Brasil, e também do Ministério da Cultura, através do Programa do Centenário da Abolição.
2. A pesquisadora classificou os entrevistados por cor baseando-se nos critérios utilizados pelo senso comum, muito calcados na aparência visual, com destaque para tonalidades de pele e tipo de cabelo.
3. A pesquisadora classificou as fotos baseada nos critérios utilizados pelo senso comum, descritos na nota 2. Vale destacar, no entanto, que foram apresentadas apenas fotos de pessoas de cor preta e de cor branca. Os pardos não constaram da amostra fotográfica.
4. Entre os que citam explicitamente a questão racial, ver Negrão (1986), Silva (1988), Rosemberg (1984), Rego (1981) e Nosella (1981).
5. Ver prefácio de Jurandir Freire da Costa ao livro de Souza (1983).

BIBLIOGRAFIA

- NEGRÃO, Esmeralda V. (1986) "Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos infanto-juvenis", in Fundação Carlos Chagas, *Diagnóstico sobre a situação de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*.
- _____. (1987) "A discriminação racial em livros didáticos infanto-juvenis". *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. (1981) *As belas mentiras: as ideologias subjacentes aos textos didáticos*. São Paulo, Ed. Moraes.
- REGO, Maria Filomena. (1981) *O aprendizado da ordem - a ideologia nos textos escolares*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- ROSEMBERG, Fúlvia. (1984) *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo, Global.
- SILVA, Ana Célia da. (1988). O estereótipo e o preconceito em relação ao negro nos livros de comunicação e expressão do 1º grau, nível I. Tese de Mestrado, UFBA.
- SOUZA, Nensa dos Santos. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro, Graal.

SUMMARY

Racial prejudice in the schools

This article investigates the evidence of racial prejudice in municipal schools of Rio de Janeiro. The author deals with racial prejudice on three levels: among students, among teachers, and in classroom text books. She concludes that on the whole, the

school environment not only reproduces but also stimulates prejudice, in that if students demonstrate prejudice, this is directly related to the behavior of teachers and to the contents of text books.

RÉSUMÉ

Le racisme à l'école

Cet article étudie les manifestations de racisme dans les écoles communales de Rio de Janeiro. L'auteur établit pour cela trois niveaux: celui des élèves, celui des professeurs, celui des livres scolaires. Elle en conclut que l'ambiance régnant à l'école non seule-

ment reproduit, mais encore stimule le racisme car si les élèves en font preuve, cela n'est pas sans rapport avec le comportement des professeurs et avec les contenus transmis par les livres scolaires.